

As políticas públicas de transformação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX

Public policies of urban transformation in early 20th century Rio de Janeiro

Cláudia Míriam Quelhas Paixão

Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense, bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professora de História da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

cmqpaixao@uol.com.br

RESUMO:

Considerando a discussão e a disputa em torno da proposta de desmonte do morro do Castelo na cidade do Rio de Janeiro durante as três primeiras décadas do século XX, e a tentativa por parte das elites em deslocar as camadas populares de determinados espaços urbanos em busca de um ideal próprio de modernidade, este artigo analisa as visões elaboradas sobre o morro e seus moradores e o cotidiano de sua população durante o processo de seu arrasamento, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1904 e 1922, discutindo acerca das relações e disputas sociais que se refletem nas questões urbanas. Assim, pretende-se expor e analisar neste artigo a ação do Estado e as estratégias dos castelenses em torno do desmonte do morro e das disputas pelos espaços urbanos na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX.

Palavras-chave: morro do Castelo; Rio de Janeiro; política urbana

ABSTRACT:

This article considers the discussion and dispute over the proposal for removal of the Morro do Castelo (Castelo Hill) in the city of Rio de Janeiro in the first three decades of the 20th century and the attempt by the elites to displace the working classes from certain urban spaces, in the search for an ideal of modernity. It analyses the views about the morro and its dwellers, and the day-to-day life of its population during the process of its levelling to the ground – which took place between 1904 and 1922 –, discussing the social relations and disputes reflected in the urban questions. Thus, the article intends to present and analyse the State's action and the castelenses' strategies regarding the hill's levelling and the disputes over urban spaces in early 20th century Rio de Janeiro.

Keywords: morro do Castelo; Rio de Janeiro; urban policy

De uma cidade colonial para uma cidade republicana

De 1567, quando Mem de Sá transferiu o núcleo urbano fundado por Estácio de Sá na Urca, até 1922, quando foi arrasado por Carlos Sampaio, o morro do Castelo e sua história marcaram a evolução urbana do Rio de Janeiro. Foi sobre o morro, no século XVI, que se estabeleceram os primeiros habitantes e governadores, protegidos pela recém-erguida fortaleza de Santiago. À medida que o núcleo urbano crescia, moradores e administradores foram descendo o morro em direção à várzea, atual praça XV, impulsionados pelo aumento populacional e pelas dificuldades de acesso à água¹.

Sobre o morro foram construídos os primeiros monumentos arquitetônicos de nossa cidade, como a igreja de Santo Inácio e o Colégio dos Jesuítas, que mais tarde abrigou a Escola de Medicina Imperial, o Hospital São Zacarias e o Imperial Observatório Astronômico; a fortaleza de Santiago, também teve suas funções alteradas ao longo do tempo, servindo de proteção à cidade recém-fundada na época do Brasil Colônia e depois, durante o Império, passou a sediar o Telégrafo Imperial, importante centro de comunicações à época².

O morro do Castelo contava também com outros monumentos importantes como a igreja de São Sebastião e o Convento dos Capuchinhos, onde se encontravam depositados os ossos de Estácio de Sá e o marco de fundação da cidade. A igreja foi catedral da cidade até meados do século XVIII, quando o cabido da Sé foi transferido para a igreja de São José. Mesmo perdendo o posto de catedral, a igreja dos Capuchinhos serviu de cenário para inúmeras procissões e festas do padroeiro da cidade. A missa do Galo, a da primeira sexta-feira do ano e a do dia 20 de janeiro de 1921 levaram milhares de pessoas ao topo do morro³. A igreja só foi transferida do Castelo em janeiro de 1922, com uma grande procissão saindo do Centro até a rua Haddock Lobo na Tijuca, onde se encontra até hoje, levando a imagem de São Sebastião, os ossos de Estácio de Sá e o marco da cidade. Ainda no morro do Castelo encontrava-se o Seminário de São José, colégio eclesiástico de boa referência, considerado por Spix e Martius, viajantes europeus do início do século XIX, o melhor colégio da cidade⁴.

Durante todo o século XIX, o Centro do Rio de Janeiro, onde estava localizado o morro, concentrava as principais atividades políticas, econômicas e culturais da Corte. Com o advento da República e a virada do século, o Rio de Janeiro sofreu várias intervenções na sua estrutura urbana marcadas pelo domínio do conhecimento científico de engenheiros, médicos e sanitaristas. Prevalciam, no âmbito administrativo, seus ideais urbanos representados pelo desejo de modernizá-la e solucionar os problemas de insalubridade aos quais estava condenada. Aliado a tais ideais estava o objetivo de inserir o Brasil na economia mundial e o Rio de Janeiro, então Capital Federal, representava a nação brasileira. Assim sendo, era preciso transformar a capital em uma cidade limpa, moderna e pronta para o investimento de capital estrangeiro⁵.

Assim, no início do século XX, o morro foi alvo de duas demolições significativas. A primeira, em 1904, durante a administração de Pereira Passos, quando foi aberta a avenida Central, com a demolição da ladeira do Seminário e parte do próprio morro. A segunda e definitiva demolição foi iniciada em 1921 e bastante discutida na imprensa, entre governantes e intelectuais. Houve várias atividades solenes no morro, como a última missa dos capuchinhos, que lotou a igreja com cerca de 10.000 pessoas⁶ e a procissão de traslado dos ossos de Estácio de Sá e do marco da cidade.

Até que em 17 de agosto de 1920, legitimado pelo ideal modernizador que defendia a construção de uma cidade moderna, e diante da carência da maioria da população que o habitava, Carlos Sampaio, como representante do Poder Executivo municipal, assinou o decreto que autorizava o desmonte do morro⁷. Suas terras foram usadas para construir a sequência da avenida Beira Mar, aberta na administração de Pereira Passos, apontando uma continuidade na política administrativa dos dois prefeitos.

Durante o governo de Carlos Sampaio travou-se uma discussão na imprensa acerca da derrubada do morro⁸. Lima Barreto, que então escrevia para a revista *Careta*, insistia regularmente na questão das habitações e dos moradores do morro. Em um texto intitulado “Megalomania”, Lima Barreto chamava a atenção para a “lógica administrativa” adotada pela Prefeitura que, segundo ele, investia em “arremedos parisiense, fachadas e ilusões” e esquecia de “obras de utilidade geral e social”⁹. Devido à carência habitacional sofrida na cidade desde a administração de Passos, aponta para a ausência de casas populares na cidade, agravada por conta de projetos como o de “arrazar o morro do Castelo, tirando habitação de alguns milhares de pessoas”. Criticando ainda mais profundamente o projeto de arrasamento do morro, Barreto afirma que o Rio sem os morros “não será mais o Rio de Janeiro: será toda outra qualquer cidade que não ele”¹⁰.

Calcados em ideias que defendiam a tradição, o patrimônio, a história e a beleza natural – proporcionada pela vista da baía de Guanabara – existentes no morro, os demais discursos contrários ao desmonte insistiam que a demolição era desnecessária¹¹. Em 1916, o engenheiro Luiz Rafael Vieira Souto, consultor técnico da Prefeitura, havia elaborado um projeto, ainda remodelando os morros do Castelo e de Santo Antônio. Para o Castelo, além do saneamento e embelezamento, propunha também a abertura de túneis para facilitar o tráfego e ainda canalizar correntes de ar para toda a região¹². Havia também aqueles que argumentavam contra o contrato firmado pela Prefeitura com a empresa que faria as obras do desmonte, alegando que interesses particulares foram maiores que os interesses do Estado e ainda questionando a ausência de uma licitação pública para a escolha da empresa¹³. Porém, mesmo assim, o ideal urbano defendido por políticos e demais autoridades prevaleceu e calou vozes que defendiam a permanência do morro. Mesmo sobre fortes discussões e opiniões intelectuais contrárias ao desmonte, o morro foi arrasado por um novo sistema, moderno e veloz: a jatos de água.

Novos ideais urbanos para uma cidade colonial

A partir da segunda metade do XIX, a cidade do Rio de Janeiro apresentou um crescimento populacional constante e intenso: o censo de 1890 registrou 522.651; o de 1906, 811.443; e o de 1920 contabilizou 1.157.873 pessoas morando na cidade¹⁴. Vários fatores contribuíram para este crescimento, dentre eles, o grande fluxo de imigração, tanto europeia como aquelas oriundas de outras cidades brasileiras. Com isso, ocorreu uma grande concentração das habitações coletivas nas freguesias centrais do Rio de Janeiro. Isso porque para a maioria da população estar mais próximo ao Centro da cidade era condição indispensável para a própria sobrevivência. O trabalho, ainda não calcado nas relações capitalistas que viriam a se consolidar baseando-se na relação patrão e empregado, tinha que ser procurado diariamente.

Desde então, as preocupações urbanas e sanitárias se tornaram cada vez mais em voga, em especial quando, a partir da década de 1880, a cidade foi assolada por inúmeras epidemias. Alguns projetos, no início da década de 1890, elaborados pela recém-instituída Comissão da Carta Cadastral para a definição de uma planta cadastral para a cidade, foram detalhados, refletindo as preocupações urbanas e sanitárias que vinham sendo discutidas há pelo menos 50 anos¹⁵. Ainda em 1893, o prefeito Barata Ribeiro, imbuído de valores que defendiam a modernização da cidade através de sua higienização, promoveu a derrubada de vários cortiços, entre eles o mais famoso da cidade – conhecido como Cabeça de Porco – localizado no bairro da Gamboa¹⁶.

A administração de Francisco Pereira Passos, de 1902 a 1906, foi incumbida de promover uma grande reforma na cidade do Rio de Janeiro. Esta reforma, a primeira das grandes reformas urbanas realizadas no Rio de Janeiro, iniciou a questão da intervenção do Estado no espaço urbano. A grande proposta dessa reforma foi a alteração do uso do espaço urbano. Antes dela, a cidade do Rio de Janeiro havia crescido sem uma ordenação específica e apresentava pouca diferença entre o espaço do trabalho e o espaço de moradia. A reforma de Passos alterou profundamente a relação entre o espaço urbano e o seu uso específico, e objetivava transformar o Centro da cidade, até então um local de grande concentração tanto comercial como residencial. Um dos principais objetivos da reforma de Pereira Passos fora exatamente separar esses espaços, tanto para controlar o seu uso como para separar as classes sociais. Para tal, Pereira Passos delegou os bairros do Centro para a produção e circulação financeira, os novos bairros da Zona Sul para os ricos e os novos bairros do subúrbio para os pobres¹⁷.

A reforma de Pereira Passos não apenas alterou o uso do espaço urbano no Rio de Janeiro, como também alterou a maneira pela qual o Estado controlava as habitações populares. Maurício de Abreu, ao analisar a evolução da questão da habitação popular no Rio de Janeiro no fim do século XIX e início do XX, percebe a reforma urbana promovida

pela administração de Pereira Passos como fundamental para a compreensão da questão habitacional na cidade do Rio de Janeiro, pois o prefeito desloca-a da órbita da *forma* para o *espaço*, ou seja, a partir do governo Pereira Passos (1902-1906), o Estado deixou de priorizar o controle social pela forma da habitação popular – sendo ela o cortiço ou a vila operária – e passou a priorizar o controle social através do espaço ocupado por essas habitações. O Estado passou a preocupar-se com o local que as habitações populares ocupavam, ou, nas palavras do autor, com o seu *habitat* – definido como o conjunto das condições de organização e povoamento pelo homem no meio em que vive, podendo ser ele o loteamento, o subúrbio, a periferia e mesmo a favela¹⁸.

Como explicitado, o processo de controle do espaço urbano pelo Estado, apesar de ter se concretizado na administração Pereira Passos e ter sido inserido no processo das reformas urbanas ocorridas nas primeiras décadas da República brasileira, não foi fruto exclusivo do novo regime. O prefeito Pereira Passos, alicerçado pelo governo de Rodrigues Alves, comandou, no curto período de quatro anos, a maior transformação já verificada no espaço carioca até aquele momento. Colocou em prática um amplo programa de reforma urbana, que não surgiu do nada. Tais mudanças já vinham sendo discutidas desde meados do século XIX. As ideias propagadas por engenheiros e sanitaristas foram cada vez mais sendo postas em prática na tentativa de contornar os graves problemas que assolavam a cidade desde o período imperial, sendo adequada às novas necessidades de uma política econômica mais dinâmica e voltada para a exportação e ainda de acordo com a concepção do que seria moderno na época: o limpo e o belo, gerando saúde e ordem, contrapondo-se ao feio e ao sujo, geradores de doença e de desordem¹⁹. Em outras palavras, antes de se mudar a cidade, se muda primeiro a maneira de pensá-la.

O início da década de 1920 também foi marcado por uma vasta discussão em torno da imagem internacional da cidade devido a dois grandes episódios: a visita do rei Alberto e da rainha Elisabeth, monarcas belgas, marcada para setembro de 1920, e a comemoração do Centenário da Independência do Brasil, em 1922. Esses dois eventos trouxeram uma grande preocupação para as autoridades e para a imprensa de modo geral. Como o Rio de Janeiro, e por consequência o Brasil, seriam vistos e avaliados pelas autoridades internacionais e, por conseguinte, pelos investidores estrangeiros era a grande discussão nesse período.

Como exposto, a reforma Pereira Passos agravou o problema habitacional da cidade do Rio de Janeiro. As habitações para as classes populares localizadas no Centro foram alvo de inúmeras demolições, ficando cada vez mais escassas e inflacionando o mercado de aluguéis. Tal problema gerou uma concentração nos bairros mais carentes, que não foram atingidos pela reforma de Passos. Quando Carlos Sampaio assumiu a Prefeitura da cidade, encarregado pelo presidente Epitácio Pessoa de preparar a cidade para os dois grandes eventos, preocupou-se exclusivamente em arrumar uma de suas partes mais nobres: a Cinelândia.

A reforma desenvolvida por Carlos Sampaio foi amplamente baseada na experiência anterior de Pereira Passos. A Cinelândia, praça localizada no final da avenida Central e onde se concentravam quatro importantes prédios: o Supremo Tribunal Federal, o Teatro Municipal, a Biblioteca Nacional e a Escola de Belas Artes, recebeu novas alterações. A administração de Carlos Sampaio reformou a praça e construiu outro prédio tão imponente quanto os já existentes: o prédio da Câmara Municipal. A presença do morro do Castelo, cujas encostas ficavam atrás da Biblioteca Nacional, em espaço tão nobre e simbólico, não condizia com os objetivos da administração municipal.

Apesar da grande ação de remover a população pobre do Centro durante o governo Passos, estes atores sociais não abandonaram o Centro e a Zona Sul da cidade. Isso se deu, dentre outros fatores, devido a uma certa flexibilização da lei municipal que proibia reformas nos cortiços existentes, bem como também a condescendência, por parte dos delegados sanitaristas, que relaxaram quanto às fiscalizações. A ação dos proprietários de cortiços, que visavam defender seu patrimônio, foi precisa para manutenção de alguns cortiços no Centro²⁰. Dentre estes cortiços, apontamos aqueles existentes no morro do Castelo.

A população de baixa renda que habitava o Centro da cidade do Rio de Janeiro morava em habitações coletivas, sendo os cortiços apenas um desses tipos de habitação. O Decreto nº 391 de 1903 definia como habitações coletivas toda a habitação que, dentro de um mesmo terreno, ou sob o mesmo teto, abrigasse famílias distintas em pequenas unidades independentes. A partir dessa definição, podiam ser consideradas como habitações coletivas, além dos cortiços ou estalagens, as avenidas, as casas de cômodos, as vilas operárias e mesmo as favelas²¹. Apesar do controle e da ação do Estado, mesmo após a reforma Passos, o número de habitações populares não diminuiu na cidade²². Ou seja, apesar de os populares terem tido seu local de moradia removido, frente a uma reforma autoritária, desenvolveram estratégias e continuaram a disputar o espaço urbano com as elites.

A proximidade ideológica da administração de Carlos Sampaio com a de Pereira Passos é evidente. Apesar de momentos políticos e econômicos distintos, seus ideais são os mesmos. A experiência vivida por Passos foi acumulada por Sampaio, e este acabou por completar a grande obra do governo de Pereira Passos, a avenida Central, com a abertura da avenida Rui Barbosa e a conclusão da avenida Beira Mar, ligando o Centro da cidade ao bairro de Botafogo. Com o arrasamento do morro do Castelo, promovido por Carlos Sampaio, e, conseqüentemente, com o desaparecimento dos bairros do Castelo e da Misericórdia, desapareceram também da área central da cidade dois bairros tipicamente residenciais destinados às classes populares, que haviam sobrevivido à reforma Passos, “mas que desde aquela época, tinham seus dias contados”²³.

Muda a cidade, mudam-se as pessoas

As transformações e o crescimento urbano do Rio de Janeiro também alteraram o perfil dos moradores do morro do Castelo, conhecidos como castelenses. Se nos tempos coloniais havia a concentração de instituições e funcionários ligados à Coroa e nos tempos do Império alguns prédios de média importância, no início do século XX sua população era, em sua maioria, composta por pessoas de baixa renda. Uma das justificativas para o desmorte era o fato de que a sua população, segundo o cronista Luiz Edmundo, se resumia a:

“homens de carão pálido e chupado, a barba por fazer denunciando moléstia ou penúria estrema; mulheres, burras de trabalho, de ar desalinhado e pobre, as saias de cima na cintura, úmidas da água dos tanques onde trabalham o dia inteiro; crianças cobertas de feridas e endiabradas residindo em casa de “estilo feio e forte da colônia”²⁴.

Até que ponto este discurso fora elaborado por setores das elites para justificar a sua ação interventora? Elaborar uma imagem negativa do morro e de seus moradores ajudaria bastante na ação do desmorte. Em setembro de 1921 havia no morro do Castelo 408 prédios nos quais habitavam cerca de 4.200 pessoas²⁵. Pouco se fala a respeito desses agentes sociais. Periódicos da época, como a revista *Careta*²⁶, ao apoiar o desmorte, representavam seus moradores como pobres, desarticulados, sujos e malvestidos, destoando do novo cenário composto pela praça Cinelândia, no final da agora avenida Rio Branco²⁷.

Até mesmo os que se colocavam contrários ao desmorte argumentavam em nome da tradição, do patrimônio, da história e da beleza natural existentes no morro. Sobre os moradores e suas residências, o discurso girava em torno da pobreza e da falta de higiene em que se encontravam. Uma reportagem feita pelo jornal *A Notícia* narrando a visita de dois repórteres ao morro, e defendendo a sua permanência por conta de suas belezas naturais, mostra como esses populares eram vistos. Os repórteres, depois de descreverem a bela vista da baía de Guanabara que o morro proporcionava, argumentam que “ao sol da manhã faiscante, a miséria daquele casario amontoado e sujo parecia ressaltar a paisagem maravilhosa – a Baía toda azul, a cidade fulgurando – tornando o contraste ainda maior”²⁸.

Um novo olhar sobre os populares

Na maioria dos trabalhos sobre as reformas urbanas encontramos os discursos produzidos por engenheiros, políticos e empreiteiros envolvidos nessas obras²⁹. Esses agentes sociais, por estarem em uma posição social de maior destaque e por terem acesso a determinados instrumentos políticos e econômicos que garantiam a sua hegemonia perante as classes menos favorecidas, acabaram por se tornar os “produtores do espaço”³⁰. Assim, calcados em discursos científicos, poder político e estratégias econômicas, atribuíram-se a função de construir o espaço moderno urbano no Rio de Janeiro, deixando além de uma série de relatos, a própria reforma registrando o seu discurso.

A elaboração da expressão “produtores do espaço” está inserida na reflexão acerca da atenção dada ao polo que tem sido privilegiado nas discussões sobre o fenômeno urbano, focadas nos discursos e ações daqueles que intervieram de alguma maneira no espaço urbano, ou seja, os ditos “produtores do espaço”. A fim de dar um outro enfoque ao seu objeto, o geógrafo francês Marcel Roncayolo propõe que as representações da cidade sejam consideradas a partir das perspectivas dos próprios habitantes da cidade, cuja relação se dá através do uso do espaço urbano e não da intervenção técnica.

Tendo o conceito desenvolvido por Marcel Roncayolo como base, defendo que o espaço urbano reflete as relações sociais nele existentes. Entendo que diferentes subjetividades sociais formam o fenômeno urbano e sendo a cidade uma construção do homem, ela reflete suas ideias e disputas, fazendo do espaço urbano uma representação das disputas sociais. As reformas do início do século XX na cidade do Rio de Janeiro refletem claramente as disputas sociais travadas em outros campos, como o econômico, o político, o cultural e o social. Dessa maneira pretende-se perceber quem eram e como viviam os moradores do morro do Castelo.

Assim, o principal objetivo deste artigo é apresentar uma tentativa de aproximação aos moradores do morro do Castelo, através da análise de dois tipos de fontes: fontes policiais e fontes orais. O enfoque aqui aplicado pretende construir uma análise voltada menos para o teor técnico das reformas e mais preocupada em perceber como as pessoas se relacionavam com o espaço da cidade, e as suas dicotomias físicas e simbólicas: o público e o privado; a casa e a rua; as ladeiras e a avenida.

O desmonte do morro do Castelo desalojou centenas de pessoas, e mesmo aqueles que se colocavam contrários ao desmonte argumentavam em nome da tradição, do patrimônio, da história e da beleza natural existentes no morro. Sobre seus moradores, o discurso girava em torno da pobreza e da falta de higiene em que viviam, parecendo justificar a retirada dessa população. A transferência da população e o pagamento de indenização sobre a propriedade não foi um assunto amplamente discutido. E ainda, se houve indenizações, estas foram destinadas aos proprietários dos imóveis. Como a maioria dos moradores do Castelo era formada de inquilinos, não teriam sido beneficiados por tal medida. Algumas casas de madeira foram improvisadas na praça da Bandeira destinadas aos moradores mais carentes que não tinham para onde ir³¹. Mesmo em difícil situação, poucos foram os que para lá se mudaram e menos ainda os que lá permaneceram.

Este artigo discute até que ponto o discurso elaborado a favor do progresso e da modernidade, legitimando as grandes reformas urbanas do início do século XX, foi manipulado pela elite republicana para justificar a sua ação interventora. Tal discurso não somente condenava o aspecto urbano do Rio de Janeiro, segundo o mesmo, marcado pelos traços coloniais, como também condenava a sua população, seus hábitos e maneira de viver. Perceber quem eram os moradores do morro do Castelo no período do seu desmonte; quais as suas ocupações, estratégias e como vivia esse grupo social são preocupações presentes neste texto.

O olhar da polícia como filtro

O início do século XX trouxe algumas transformações, em voga desde meados da década de 1880, na organização social europeia e, conseqüentemente, na brasileira. O desenvolvimento de algumas ciências e medidas com o intuito de controlar melhor uma grande massa de pobres e trabalhadores por parte do Estado e de capitalistas gerou, entre outras, a institucionalização da Polícia e o aprimoramento dos procedimentos policiais.

Inserido no contexto da reforma urbana desenvolvida pelo Estado brasileiro a partir de 1902, o papel da Polícia cresceu consideravelmente: controlar os grupos mais pobres passou a ser primordial em uma cidade que tinha o objetivo de expressar a modernidade³². Em 1907, o Decreto no 6.440 instituiu uma reforma na Polícia carioca e estipulou como tarefa principal dos comissários a elaboração dos livros de ocorrência³³. Esses livros eram compostos de registros diários feitos por esses comissários – funcionários que ocupavam uma posição média na hierarquia policial – responsáveis pelo plantão das delegacias.

Nos livros de ocorrência, os comissários de Polícia registravam os fatos mais importantes ocorridos em seu plantão de 24 horas e que deveriam chegar ao conhecimento do delegado do distrito. Decidir o que anotar, registrando nome, local de nascimento, filiação, estado civil, idade, profissão, endereço, hora e motivo da detenção à autoridade e a lista de objetos de valor apreendidos das pessoas envolvidas eram as tarefas dos comissários³⁴. Os livros de ocorrência da 5ª Delegacia de Polícia serviram como fonte de pesquisa para tentarmos perceber o cotidiano e quem eram os moradores do Castelo que passaram pela delegacia de Polícia³⁵.

Na análise das ocorrências é preciso atentar que elas são a visão da polícia sobre a população: é o comissário quem decide o que e como anotar os fatos que aconteceram no seu plantão. Além de perceber como se dava a relação da polícia com os grupos populares, pretendemos analisar as estratégias e as redes de sociabilidade dos castelenses, bem como elucidar seus problemas cotidianos de sobrevivência. Com base em fontes seriais é possível reconstruir as diversas conjunturas sociais existentes em um grupo, tendo para isso o nome como o fio condutor. Pretende-se, a partir de pequenas histórias de vida, entender o que une essas pessoas: em outras palavras, partiremos de casos individuais para dar conta do coletivo³⁶.

O período pesquisado foi de 1916 a 1922, num total de sete anos de registros diários. O resultado da pesquisa foi o levantamento de 426 ocorrências envolvendo os castelenses ou o morro do Castelo propriamente dito. Desse total, encontrei 54 tipos diferentes de ocorrências registradas, sendo que as que mais se repetiram foram: 62 acidentes; 48 agressões; 44 furtos; 41 acidentes de trânsito; 34 agressões entre moradores e 25 furtos em residências³⁷.

Alguns pontos devem ser destacados. Dos 62 acidentes identificados nas ocorrências, a maioria, 42 deles, ficou concentrada nos anos de 1921 e 1922, e ocorreram em razão das obras de desmonte. Interessante também destacar que nos furtos em residência normalmente os

envolvidos, vítima e infrator, eram companheiros de quarto nas casas de cômodos existentes no Castelo. Essas casas, por sinal, eram visivelmente motivo de preocupação por parte da polícia. A maioria dos moradores que aparece nas ocorrências morava em casas desse tipo. A mais famosa delas, chamada de Chácara da Floresta, tinha inclusive um posto policial em frente à sua entrada e concentrou os registros de furto em residência.

Nas 426 ocorrências conseguimos identificar 553 pessoas que declararam ser moradores do morro do Castelo. Nem todos estavam envolvidos da mesma maneira. Alguns apenas presenciaram os fatos, o que nos fez chamá-los de testemunhas. Do total dos moradores, a maioria apareceu nas ocorrências na condição de testemunha: foram 252 moradores ao todo. Isso se explica por conta de alguns motivos: primeiro porque quanto mais testemunhas fossem arroladas pelos policiais na hora dos fatos, mais fácil seria localizar algumas caso fosse necessário abrir inquérito. Segundo, quando acontecia algum fato no morro, as testemunhas eram sempre os moradores. Terceiro, reparamos que na maior parte dos acidentes de trânsito – atropelamento ou choque de veículos – ocorridos na avenida Rio Branco, os castelenses aparecem como testemunha provavelmente por estarem por ali ou trabalhando – como carroceiro ou carregadores – ou apenas circulando. Das testemunhas pouco sabemos pois para a polícia apenas interessava anotar o local em que residiam.

De uma maneira geral percebe-se que os castelenses em primeiro lugar viam; em segundo, sofriam; e em terceiro, agiam: foram 252 testemunhas, 148 vítimas e 104 infratores. Ainda havia os que se queixavam, 26 deles; os que foram causadores de alguma situação, 12; os 10 enfermos e até um salvador de um menor que se afogava na praia de Santa Luzia.

Dos moradores registrados, achamos 69 solteiros, 45 casados e sete viúvos. A faixa etária variou bastante. De um total de 203 que tiveram a idade registrada pela polícia, encontramos 80 menores de 16 anos; 22 moradores com idade entre 16 e 20 anos; 53 entre 21 e 31 anos; 12 entre 31 e 40 anos; 15 castelenses com 41 a 50 anos; 17 com idade entre 51 e 60 anos; 1 morador com idade entre 61 e 70 anos e três castelenses com idade entre 71 e 80 anos.

Outra pista que extrai na leitura das ocorrências foi a profissão dos castelenses. A ocupação que mais apareceu foi a de doméstica: 13 num total de 115 registros de moradores que informaram a sua profissão. Em segundo lugar, 11 castelenses que trabalhavam como carregadores e 11 que se declararam como trabalhadores. Também encontrei nove castelenses que trabalhavam no comércio, oito que eram alfaiates, sete que se declararam operários e carpinteiros, seis sapateiros e no restante um ou dois caixeiro, dono de botequim, ferreiro, leiteiro, jornalista, ourives, pedreiro, peixeiro, quitandeiro, pintor, soldado, tarifário e vendedor. Poucas foram as ocorrências que informaram o grau de instrução dos castelenses: 17 eram analfabetos e 19 sabiam ler e escrever.

Das ocorrências que informam a nacionalidade dos castelenses encontrei metade delas tendo brasileiros envolvidos, foram 69 brasileiros de um total de 142. Os portugueses foram o segundo grupo que mais apareceu: estiveram envolvidos em 55 ocorrências. Em seguida,

encontrei 14 ocorrências envolvendo italianos; três envolvendo espanhóis e uma envolvendo um argentino.

Quanto ao gênero, encontrei mais homens do que mulheres, seguindo a tendência das estatísticas criminais do período que sub-representavam a mulher³⁸. Foram 391 homens e 171 mulheres. Do total de homens envolvidos³⁹, 162 foram registrados na condição de vítima; 113 na condição de testemunha; 86 na condição de infrator; 16 dos homens envolvidos nas ocorrências foram registrados como queixosos; nove deles registrados como causadores; dois deles como enfermos e um dos homens envolvidos nas ocorrências foi registrado como salvador. Das mulheres envolvidas, 88 foram registradas como vítimas –também incluídas aquelas que sofreram abortos; 45 delas foram registradas como testemunhas; 17 como infratoras; 12 como queixosas; sete como enfermas e duas delas registradas como causadoras da ocorrência.

Finalizando as características dos moradores do morro do Castelo que aparecem nas ocorrências, encontrei uma grande maioria de brancos: das 147 pessoas cujas ocorrências informam a cor dos envolvidos, 127 eram de cor branca; 13 de cor parda; e sete eram de cor negra. Esta tendência vai de encontro aos estudos sobre crimes do período que mostram como a população negra e parda era super-representada nas estatísticas criminais – esses estudos utilizaram os relatórios anuais da Polícia⁴⁰. Levanto algumas possibilidades para explicar esta tendência. Primeiro, a concentração de imigrantes no morro: além dos portugueses e italianos declarados, encontrei pessoas de nome explicitamente italiano ou declarados filhos de portugueses – casos que não considero nas nossas estatísticas quando contabilizo a variável nacionalidade, por dois motivos: ou por que não se fazia referência à nacionalidade ou se deixava implícito o fato de serem brasileiros filhos de imigrantes. Segundo, se pensarmos que apenas 147 dos 553 moradores envolvidos informaram ou tiveram registrado a cor da sua pele⁴¹, fica a pergunta: e quanto aos que não registraram essa informação?

Durante a leitura das ocorrências tive a preocupação de destacar aquelas que se deram no morro. Dessas, a grande incidência foram as que registravam algum tipo de acidente. Já destaquei que grande parte dessas ocorrências aconteceu durante as obras de desmonte. Várias foram aquelas que registravam explosões indevidas e mal procedidas, e ainda queda de pessoas de barreiras. A segunda maior incidência foi a de agressão, com 42 registros. Nessas estão incluídas tanto aquelas entre moradores quanto aquelas ocorridas entre os mais diversos tipos de pessoas. A terceira maior incidência no morro eram os furtos em residências – com 23 ocorrências – em especial aqueles ocorridos nas casas de cômodos, como já explicado anteriormente.

Durante os sete anos pesquisados, encontrei 15 ocorrências registrando óbito em domicílio e 10 que registravam aborto – todos eles com período de gestação avançado. Esses dois tipos de ocorrências apontam para a realidade vivida pela população mais carente da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. A atuação da Assistência Médica

ou Assistência Pública – como era chamado pela polícia o serviço público que garantia atendimento médico – parece ter sido uma das preocupações dos comissários. Eles anotavam tanto a prestação dos serviços médicos após um acidente ou briga, bem como recebiam e registravam informações sobre a entrada de doentes na enfermaria da Santa Casa. Tal medida parece estar inserida na necessidade de controlar um determinado grupo social, e também aponta a grande quantidade de pobres que morriam sem assistência médica, mesmo o morro estando tão próximo da sede da Assistência, naquela época localizada na Santa Casa da Misericórdia⁴².

Além disso, encontrei, entre outras, nove ocorrências registrando furto ou roubo, em especial aqueles ocorridos nos botequins; oito registrando tiros de revólver; sete registrando quedas de ribanceiras e de objetos sobre as pessoas; sete registrando mordidas de cão; quatro registrando navalhadas; outras quatro registrando incêndio; três registrando morte sem assistência; outras três registrando práticas de atos imorais; mais três registrando defloração e casos únicos de ocorrência registrando abandono de menores, encontro de um cadáver, desabamento, desordem, embriaguez, estupro, funcionamento indevido de botequim, crise de loucura e venda de objetos roubados⁴³.

O morro do Castelo, como percebi a partir da leitura das ocorrências policiais durante os anos de 1916 e 1922, era um lugar bastante complexo. Habitado por gente simples e pobre, muitas vezes pequenos contraventores das normas estabelecidas pelas classes mais abastadas, a sobrevivência nem sempre era a das mais agradáveis possíveis. Encontrei algumas situações que aparentemente seriam adequadas aos padrões desejados: indivíduos com residência fixa, trabalhadores, com instrução, idade produtiva e até com carteira de identidade, mas pegos em pequenas infrações. Romeu de Araújo e Otávio de Oliveira eram eletricitistas e, por coincidência ou não, foram presos⁴⁴. Romeu roubava lâmpadas e Otávio, que era funcionário da Light and Power, roubava fios. A princípio essas ocorrências não têm nenhuma ligação, mas é curioso pensar que os dois moravam no Castelo, tinham uma profissão, e ainda assim praticavam pequenos delitos, provavelmente para vender o objeto do furto futuramente.

Enfim, os moradores do morro do Castelo foram montando estratégias de sobrevivência, diante das enormes dificuldades que viviam. Cometiam pequenos delitos, mas também eram duramente perseguidos pela ação da polícia, reforçada pela presença de um posto policial na entrada de uma das maiores habitações coletivas existentes na subida do morro: a Chácara da Floresta. As profissões que mais se destacaram entre os castelenses foram exatamente aquelas que exigiam pouca qualificação, como as domésticas e os carregadores. Mas também encontrei um número razoável de alfaiates, sapateiros e operários, levando-me a pensar este grupo social como um grupo bastante heterogêneo.

O local de moradia para essas pessoas era vital para sua sobrevivência, pois tais profissões dependiam diariamente de uma demanda que o Centro da cidade naquele momento, quando ainda concentrava um grande número de moradores, era essencial para a manutenção de

uma clientela. Até que, dentro do contexto das comemorações do Primeiro Centenário da Independência do Brasil, para transformar a cidade em um centro urbano moderno e acabar de vez com o passado colonial, não pode mais sobreviver, pelo menos no espaço mais nobre da nova capital: a avenida Rio Branco. Para alguns setores das elites, o morro do Castelo e sua população não eram condizentes com a imagem moderna que se queria para o Rio de Janeiro e, para retirá-los de onde estavam, as autoridades locais não pouparam dinheiro, tecnologia e descaso.

E o que pensavam seus moradores?

“A gente não queira sair de jeito nenhum”.

D. Florinda

“A população foi saindo progressivamente, à medida que o morro foi abaixo”.

Sr. Francisco.

No dia 30 de outubro de 1985, às 15 horas na rua Paula Matos em Santa Teresa, os pesquisadores Oswaldo Rocha, Jaime Benchimol, Mario Aizen, e Lílian Vaz gravaram, para o Projeto Arquivo Vivo do Museu da Imagem e do Som, o depoimento de Florinda Alói e Francisco Alói Moreno. Irmãos, eles moraram no morro do Castelo até o momento de seu desmonte, em 1922. Os dois só deixaram sua casa às vésperas de ser demolida, quando Florinda Alói tinha 20 anos e Francisco Alói, 12. Nesse depoimento, eles contam como era a vida no morro do Castelo; falam de vários aspectos do morro, lembrando pessoas e o cotidiano que presenciaram, contando como viviam, as suas impressões, suas experiências e como reagiram a perda de uma referência: o seu local de moradia.

Eles iniciam o depoimento contando que nasceram no morro e lá viveram com o pai comerciante e a mãe costureira. O pai era italiano e dono de uma barraca de frutas no Mercado da praça XV e a mãe, além de parteira, trabalhava costurando para uma loja na rua do Carmo. Para eles, o morro nada tinha de decadente, perigoso ou miserável. Era um lugar de alegria, onde muitos descendentes de italianos e portugueses viviam com suas famílias. O sr. Francisco explica que o morro era uma só família, e que não havia nenhum perigo para se sair à noite; todos se conheciam e se davam muito bem.

- Não é verdade que era uma área degradada e pobre, era um lugar de alegria, vivia-se com alegria e satisfação. As crianças tinham o colégio Carlos Chagas na praça do Castelo e catecismo na igreja dos Barbadinhos.

E como todas as crianças que viveram no morro, os dois estudaram no colégio Carlos Chagas, na praça do Castelo, e fizeram catecismo na igreja dos Barbadinhos. Interessante destacar que a afirmação acima, feita pelo sr. Francisco, foi espontânea. Ninguém havia dito, na entrevista, que a área era degradada e pobre. Isto partiu do depoente como uma defensiva inicial. E ainda, continua falando que havia um posto policial que não tinha nenhum trabalho:

“Difícilmente havia alguma ocorrência”, completa. Os dois enfatizam exatamente o contrário. Dizem que era um morro muito festivo. Lembram das festas de São Sebastião na igreja, que eram cheias de gente de todos os lugares, que subiam e lotavam o morro. Na noite de Natal, contam que a Missa do Galo e sua procissão também atraíam muitas pessoas.

Quanto à estrutura do morro, contam que demorou a ter luz elétrica e que a iluminação antes era feita com lampião a querosene. Mencionam que havia algumas casas velhas, mas muita casa bonita do tipo colonial. E enfatizam: “Não era favela”⁴⁵.

Os dois irmãos descrevem fisicamente o morro, informando que ele possuía basicamente quatro pontos: o Pau da Bandeira, que ficava do lado oposto à igreja dos Barbadinhos, virado para a praça Tiradentes, e onde se localizava o Observatório Nacional; a igreja dos Barbadinhos, que ficava do lado do Pão de Açúcar; a ladeira do Seminário, por onde se subia para a Chácara da Floresta, localizada do lado norte do morro; e o ponto do lado sul.

Explicam que a Chácara da Floresta era como uma avenida grande, onde havia muitas casas e era chamada apenas de Floresta. Ali não era permitida a entrada a qualquer pessoa, apenas de quem morava no local. Havia um portão de ferro que era fechado a uma determinada hora; era toda arborizada, com uma estrada bonita, com casas do lado direito. Ficava localizada na subida da ladeira do Seminário e do Hospital São Zacarias, que foi transferido para a entrada do Túnel Novo⁴⁶. Ali havia controle de entrada. Por conta desse controle, o acesso ao morro normalmente era feito pela ladeira da Misericórdia ou pela ladeira do Castelo. Mesmo sendo ladeiras íngremes, d. Florinda e sr. Francisco dizem que ninguém reclamava por ter que subi-las.

Os depoentes contam que havia muita estalagem no morro. Algumas muito grandes, inclusive. Lembram as que pertenciam ao Marinho, localizadas perto da Floresta, e as do Bastos, que segundo eles era dono de quase todas as estalagens do morro, em especial uma enorme, que começava na ladeira do Seminário e terminava na Santa Luzia, junto à ladeira da Misericórdia⁴⁷.

Os entrevistadores insistem, perguntando se a Floresta era uma estalagem. O sr. Francisco responde que não, e sim “uma avenida, bem arborizada e bonita” e explica as relações entre os moradores: “Era quase como uma família só. Se uma pessoa ficasse doente, passando mal, se a família estava cansada tinha sempre um padre, uma pessoa amiga que tomava conta”. Quanto à questão da propriedade das residências, ele explica: “A maioria dos moradores do morro morava de aluguel, 90% era aluguel. Mas era um lugar muito bom”.

Florinda e Francisco citam algumas pessoas que eram proprietárias de casas no morro. Uma delas era o senhor Giacomo Kinder, um italiano que possuía várias propriedades. Ele era alfaiate, trabalhava muito, mas também bebia muito: “Uma pena!” – comentam. Contam que volta e meia ele saía pelo morro gritando: “Viva o Brasil! Viva a Itália! Morte à Portugal! Era engraçado!”⁴⁸. Segundo eles, no morro, a maioria dos moradores era de imigrantes e descendentes, por isso eram muito fechados, só trabalhavam e ficavam no morro, quase sem sair: “Havia um certo receio, pois a maioria era do interior da Europa e eram muito

reservados, muito medrosos. Vieram para o Brasil para trabalhar e trabalhavam mesmo. Tinham um certo receio de se dar com pessoas estranhas. Era uma família só, não havia disputa absolutamente. A única rivalidade era entre os dois blocos de carnaval”, explica o sr. Francisco, muito bem articulado.

Os dois depoentes seguem falando que o morro tinha uma vida social agitada, com dois blocos de carnaval: o Castelo de Ouro, cujo estandarte era verde, e o Prazer do Castelo, de estandarte verde e amarelo, que faziam a festa durante o ano inteiro. Havia uma rivalidade quando chegava o carnaval, que às vezes dava briga, mas, segundo os dois, era uma festa muito bonita. A festa acontecia no morro, com torcida e disputa da melhor fantasia. A pastorinha que ganhava era tratada como princesa o ano todo. Contam também que o bloco da rua da Misericórdia, chamado Miséria e Fome, tinha um coral de tenores baixos maravilhoso, que quando cantavam podia-se ouvir de cima do Castelo. Eles eram amigos do pessoal do morro e de vez em quando subiam suas ladeiras, fazendo um lindo espetáculo⁴⁹.

Além dos blocos, o morro contava também com um time de futebol: o *Paulistano*. O clube situava-se no morro mas o campo ficava ao lado da praça XV, onde hoje é o Museu da Marinha. Em dia de jogo praticamente todos os moradores iam torcer pelo time. Segundo eles, a comunidade do morro tinha tudo perto. A facilidade de morar no Centro foi destacada pelos dois. Seguem dizendo que todas as crianças estudavam, faziam primário no colégio Carlos Chagas e o ginásio no São Bento.

D. Florinda lembra-se de um episódio ocorrido no morro relacionado à Revolta da Chibata, quando João Cândido visitou a ladeira do Seminário por conta de uma bala de canhão que durante a Revolta atingiu uma casa, matando duas meninas. Ela conta que durante a revolta se mudou para Cascadura e lá ficou até as coisas se acalmarem.

D. Florinda conta que havia muitos armazéns, alfaiates, quitandas e botequins no morro do Castelo. “O que dava emprego lá em cima era o comércio”. Quem não trabalhava com comércio tinha que trabalhar fora do morro. Muita gente do morro trabalhava no Mercado Municipal da praça XV, como o pai dos dois, que trabalhava vendendo frutas em uma barraca do mercado. Havia também muita lavadeira. Na estalagem do Bastos, por exemplo, tinha uma caixa d’água enorme para não faltar água. Luz algumas vezes faltava, pois o sistema era a lampião. A água não era encanada e cada um pegava água em latas para abastecer sua moradia. Quando a água não chegava no morro, os moradores pegavam na Santa Casa.

O sr. Francisco e a d. Florinda lembram que frequentavam a praia de D. Constança, em frente à igreja de Santa Luzia, localizada aos pés do morro. iam à festa da Penha em trens lotados e quando chegavam à igreja, seus pais pagavam suas promessas e depois faziam picnic, com comida à vontade. Eles escolhiam uma barraca de bebida e ficavam o dia todo na festa. A Semana Santa no morro era muito divertida. Tinha teatro e procissão na igreja dos Barbadinhos, e se queimava o Judas no sábado de Aleluia. A festa do Divino era na Floresta. Segundo os dois, na Floresta as pessoas eram mais pobres, mas eram boas.

Lembram que havia problemas de segurança mas, segundo eles, apenas nos arredores do morro. Contam que à noite, na ladeira da Misericórdia, ficavam uns valentões que jogavam pimenta nos olhos dos outros e roubavam. Mas isso era na ladeira, em cima do morro do Castelo não. Para eles, a rua da Misericórdia é que era “meio barra pesada”. Havia uma concentração de chineses, turcos e árabes que cheiravam ópio. Ninguém entrava onde os chineses moravam. O que havia no morro era muito bicheiro, pois muita gente jogava, inclusive a mãe e a avó dos depoentes. Para eles, aquela era a diversão dos moradores, pois não faziam outra coisa.

D. Florinda conta que só foi ao cinema duas vezes em sua vida: uma quando criança e outra quando estava noiva. Lembra que o divertimento das crianças do morro era brincar de roda, cantar, jogar amarelinha, cabra-cega, berlinda e outras brincadeiras que não se brincam mais.

D. Florinda lembra que ela e suas irmãs casaram-se na igreja dos Barbadinhos, que infelizmente não existe mais. Ela lembra também o dia em que Nair de Teffé visitou o Hospital S. Zacharias. Segundo ela, era um ótimo hospital infantil. Conta que Gago Coutinho também visitou o morro, mais ou menos em 1921⁵⁰. Lembra ainda que carro não subia o morro do Castelo.

Ao serem questionados sobre a demolição, relatam que não queriam sair do morro de jeito nenhum. Contam que houve comunicação por parte das autoridades. Segundo os dois, eles iam avisando de casa em casa a necessidade de sair do morro. Ainda assim, a população foi saindo aos poucos, à medida que o morro ia abaixo.

Lembram que foi construída uma quantidade enorme de barracões de madeira na praça da Bandeira para abrigar as famílias castelenses que não tinham para onde ir. A família do sr. Francisco e de d. Florinda saiu um dia antes de sua casa ser demolida e foi para a praça da Bandeira. Para eles, o novo lugar era muito ruim, pois sequer tinha água. Sobre os outros moradores do Castelo, d. Florinda e o sr. Francisco contam que também não queriam sair do morro, mas não houve revolta, pois ninguém acreditava que o Castelo pudesse vir abaixo. Terminam seu relato informando que depois de alguns anos morando na praça da Bandeira, a família Alói mudou-se para a rua Paula Matos, na subida do morro de Santa Teresa, e ressentem-se com a demolição: “O Castelo era bom. Eu me sentia bem”.

O depoimento de d. Florinda e do sr. Francisco pode estar carregado de saudosismo e com um pouco de romantismo para com um local que não existe mais; mas com certeza nos faz refletir sobre a necessidade de buscar outras lembranças do passado da nossa cidade, e não apenas aquelas dos “produtores do espaço”. O desmonte do morro do Castelo foi um episódio da história carioca que ficou esquecido durante alguns anos, tendo sido resgatado nos anos 1980, por conta de novos estudos sobre as transformações urbanas da cidade. Como explica Michael Pollack, “A memória organizada, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que

acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo”⁵¹. Portanto, resgatar a memória de um grupo que não existe mais, como o dos ex-moradores do Castelo, e que fora pouco lembrado na memória nacional, é resgatar a própria história nacional. No depoimento de Florinda e de Francisco percebe-se a necessidade em destacar o quanto o morro do Castelo era um lugar positivo em suas lembranças. Os dois sentem saudades e lamentam a todo momento a demolição do morro e procuram enfatizar o quanto as imagens negativas construídas sobre o lugar e seus moradores não eram verdadeiras.

O depoimento dos ex-moradores do morro do Castelo é rico em lembranças que nos apontam para um lugar que pouco espaço obteve na memória nacional. A sua demolição, na época, autoritária e de acordo com os ideais das classes mais favorecidas, hoje é vista como uma perda irreparável do antigo núcleo urbano do Rio de Janeiro. Podemos dizer que esse depoimento reproduz a visão de um grupo social que, por ser hierarquicamente inferior, não conseguiu deixar sua voz registrada na história, e ainda recupera a sua participação no processo de alteração do uso do espaço urbano carioca. Mesmo que carregado de sentimentos dos anos 1980, percebe-se claramente uma tentativa, por parte dos castelenses, em amenizar as dificuldades e a pobreza existente no morro do Castelo.

A Chácara da Floresta era um grande cortiço do início do século XX, como se pode perceber através das ocorrências policiais – por conta das inúmeras pessoas que o citam como residência e as subdivisões existentes. Mas na concepção dos ex-moradores, o cortiço virou avenida. Não como sendo um outro tipo de habitação coletiva mais higiênica e que estava sendo formulada no início do século XX como substituição aos cortiços e casa de cômodos, mas ao que parece, pelo depoimento, uma avenida no sentido mais moderno da palavra, uma via pública mais larga e arborizada, de acordo com os novos padrões de higiene e modernidade.

Para eles, o posto policial que havia no morro indicando a preocupação das autoridades em controlar aquele espaço, quase não produzia ocorrências. Como amenizam a condição da Chácara da Floresta, também atenuam a atuação da polícia no local e pouco falam das brigas e desavenças ocorridas nas habitações coletivas espalhadas pelo morro do Castelo. Em seu depoimento, os dois não definem muito ao certo a temporalidade de sua narrativa. Eles descrevem o morro e ao mesmo tempo falam sobre o momento da demolição, explicando como a vida foi se alterando, num claro sentimento nostálgico. E mais, defendem o passado utilizando-se de argumentos do presente, como a declaração de d. Florinda afirmando não terem sido moradores de uma favela, expressão essa que só iria se consolidar nos anos 1950 e assumir um sentido pejorativo nos anos 1980, quando prestam o depoimento. Definitivamente, eles sentem saudades ao falar dos lugares, recordando a organização social e o desmonte.

Além disso, os depoentes gostam de destacar fatos históricos que consideram importantes e de grande destaque na memória nacional, dando importância ao morro.

Percebe-se ao relatarem o episódio da Revolta da Chibata, que eles tinham a opção de morar no subúrbio, mas que fora descartada devido à vantagem de morar no Centro da cidade; vantagem enfatizada e destacada pelos dois. Mesmo quando contam que no morro não havia água e luz, eles falam de uma maneira amena. Por outro lado, quando falam sobre a praça da Bandeira, local onde parte dos moradores do Castelo foi alojada, reclamam da falta de água. Mesmo sendo uma situação parecida com a do morro, para eles, enquanto estavam no morro, a falta de água não era um problema. O depoimento de Florinda e Francisco mostra como os moradores do morro do Castelo foram deslocados de seu local de moradia de uma maneira autoritária e sem nenhum planejamento.

Esta visão do desmorte – que até então havia sido enfocado pelas suas questões técnicas e defendido por grupos sociais, principalmente os engenheiros, aponta um outro prisma deste episódio: como foi o desmorte para os moradores. Esta foi a grande contribuição que a entrevista com os ex-moradores do morro do Castelo trouxe para a historiografia urbana carioca, resgatando a fala de um grupo social excluído, até mesmo da construção da memória nacional.

A defesa do desmorte do morro do Castelo fortemente assumida pelas elites, e sua visão denegrida de seus moradores, faz concluir que tanto o Estado, neste trabalho explicitado através da ação da administração municipal e da polícia, como as classes favorecidas social e economicamente, como a dos engenheiros, condenaram o morro e seus moradores a não fazerem parte da nova cidade em construção: moderna e preparada para o progresso.

O estado republicano brasileiro, durante os seus primeiros anos de existência, caracterizou-se por ser fortemente excludente e hierarquizador⁵². A ciência, em busca de uma cidade limpa e moderna, condenou hábitos populares. Higienistas puseram em evidência os problemas que geravam um ambiente pouco saudável e os engenheiros deveriam edificar uma cidade racional e melhor planejada, que assegurasse a remoção dos pobres da área central e impondo normas para torná-la mais higiênica, com casas menos insalubres e ruas mais largas e retilíneas⁵³. No entanto, o Estado não assumiu totalmente tal função, deixando para a iniciativa privada a construção de casas adequadas às normas de higiene por ele determinadas. Ainda no final do século XIX, foi elaborado o primeiro plano urbanístico para a cidade, pela Comissão de Melhoramentos⁵⁴. A reforma realizada durante a administração de Pereira Passos inaugurou uma série de alterações urbanísticas que se estenderiam por praticamente todo o século XX. E a estratégia utilizada pelos governantes e pelas classes mais favorecidas não se reduziu somente à elaboração e execução de planos urbanísticos, mas também na mudança de hábitos e no cotidiano dos populares, através de decretos municipais que proibiam antigas práticas, agora consideradas insalubres e de péssima reputação para a cidade⁵⁵.

Como já foi exposto, a concentração populacional no Centro era um problema que as autoridades vinham enfrentando desde pelo menos o final do século XIX. As freguesias com as maiores densidades domiciliares, como São José – onde ficava o morro do Castelo –, Santa

Rita, Santana e Santo Antônio, continuaram crescendo mesmo depois das reformas urbanas de Pereira Passos, que derrubaram morros e habitações coletivas. Apesar da perseguição policial, apontada através da análise das ocorrências policiais entre os anos de 1916 e 1922, e da condenação por parte das elites cariocas, o morro do Castelo era, para seus moradores, um lugar de referência e nada tinha de degradado, perigoso e insalubre. Grande parte da população do morro, após o desmonte autoritário promovido pelas autoridades, transferiu-se para o morro do Pinto, para o morro de Santo Antônio, ou para a subida do morro de Santa Teresa, como foi o caso de d. Florinda e do sr. Francisco. Talvez essa tenha sido a grande resistência popular à reforma urbana: não deixar de morar no Centro da cidade.

E quanto às políticas públicas urbanas, deveríamos estar mais atentos ao nosso patrimônio histórico-cultural e levar em conta, além das questões técnicas e relativas ao progresso, as questões sociais e de patrimônio cultural da cidade. Se a história pudesse nos ensinar algo, o desmonte do morro do Castelo deveria servir de exemplo de como é importante preservar e cuidar do nosso patrimônio histórico-cultural.

Notas

1 - Ver NONATO, José Antonio e SANTOS, Núbia M. *Era uma vez o morro do Castelo*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

2 - MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1991, pp. 213-219.

3 - Revista *Careta* de 1, 15 e 29 de janeiro de 1921.

4 - NONATO, *Idem*; p.73.

5 - Ver ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar / Iplan Rio, 1987. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussman tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/ Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992; DEL ROSSO, Giovanna Brenna (org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão*. Rio de Janeiro: Index, 1985; KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro / Secretarias de Culturas / Departamento Geral de Informação Cultural/ AGCRJ/ Divisão de Pesquisa, 2001; MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas / CPDOC, 1992; PECHMAN, Sérgio e FRITSCH, Lílian. "A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século". *Revista Brasileira de História* nº 8/9. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1985; ROCHA, Oswaldo Porto. *A Era das Demolições: Cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920*. Rio de Janeiro:

Secretaria Municipal de Cultura: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986.

6- Revista *Careta*, janeiro de 1922. A missa de São Sebastião em 1923, primeira após a demolição do Castelo, foi celebrada pelos capuchinhos na praça Saenz Pena, pois a nova igreja, na rua Haddock Lobo, ainda não estava pronta. Mas, apesar do altar provisório, a sagrada imagem do santo foi levada até o local, que foi pequeno para a grande quantidade de fiéis presentes. *O Jornal*, 20/01/1923.

7 - Ver KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro / Secretarias de Culturas / Departamento Geral de Informação Cultural/ AGCRJ/ Divisão de Pesquisa, 2001.

8 - Ver MOTTA, *Idem* p. 61.

9 - BARRETO, Lima. "Megalomania". *Careta*, 28 de agosto de 1920.

10 - BARRETO, Lima. *Idem*.

11 - *A Notícia*, 29 de setembro de 1920 e *Jornal do Brasil*, 15 de setembro de 1920. Interessante destacar que o discurso contrário ao desmonte se concentrou no mês seguinte a assinatura do decreto municipal que autorizou o arrasamento do morro.

12 - *Jornal do Brasil*, 9 de setembro de 1920.

13 - *Jornal do Brasil*, 7 e 9 de setembro de 1920.

14 - BRASIL, Directoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro, 1922. "Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil." Introdução ao *Recenseamento do Brasil realizado em 01 de setembro de 1920*.

15 - ABREU, Mauricio de Almeida. *Idem*. p. 52. Nesta planta cadastral, foram propostas a demolição das ruas estreitas do centro da cidade e a abertura de ruas largas e mais bem arejadas.

16 - ABREU, Mauricio. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLAN / J. ZAHAR, 1987, p. 50.

17 - Ver ABREU, Mauricio de Almeida. "Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução". *Revista do Rio de Janeiro*. Niterói, v. 1, n. 2, pp. 47-58, jan./abr. 1986.

18 - ABREU, Mauricio de Almeida. *Idem*, p. 48.

19 - Ver CAVALCANTE, Berenice. "Beleza, limpeza ordem e progresso: a questão da higiene na cidade do Rio de Janeiro". In: *Revista Rio de Janeiro I*. Niterói: dezembro de 1985.

20 - PECHMAN e FRITSCH, *Idem*, p. 179.

21 - CARVALHO, Lia Aquino. "Habitações Populares": capítulo 2 de *Contribuição ao estudo das habitações populares*. 2. ed. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1995 (Biblioteca Carioca, v.1), pp. 133-134.

22 - PECHMAN e FRITSCH, *Idem*, p. 180.

23 - ABREU, Mauricio de. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLAN / J. ZAHAR, 1987, p. 77.

24 - EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Xenon, 1987, p. 65.

25 - IHGB, Coleção Carlos Sampaio, Lata 642, documento 25.

26 - A revista *Careta*, ao referir-se ao morro do Castelo, muitas vezes chamava-o de "montanha de estreme", "trambolho" e criticava os que o defendiam em nome da tradição, questionando até que ponto as tradições deveriam ser mantidas em detrimento da cidade.

27 - Em 1912, com a morte do influente diplomata barão do Rio Branco, a avenida Central passou a ser chamada de avenida Rio Branco em sua homenagem.

28 - "Um passeio ao Morro do Castelo – aspectos da vida pobre naquele canto da cidade". *A Notícia*, 29 de setembro de 1920.

29 - Na introdução de *Pereira Passos*: um Haussmann tropical, Jaime Benchimol explica que a documentação a qual teve acesso, no Arquivo da Cidade, apesar de extremamente rica, era essencialmente "oficial", apresentando sempre algum tipo de relação jurídica com o Estado. Por conta disso, seu estudo, por ter tido acesso parcial às informações, acabou ilustrando apenas "um determinado prisma da realidade".

30 - A expressão "produtores do espaço" foi desenvolvida por Marcel Roncayolo e utilizada por Mônica Velloso em seu livro *A cultura das ruas do Rio de Janeiro*. VELLOSO, Mônica Pimenta. *A cultura das ruas do Rio de Janeiro (1900-1930): mediações, linguagens e espaço*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2004. (Coleção FCRB, Série Estudos 1).

31 - MIS / Projeto Arquivo Vivo / 674.1/2 - Florinda Alói e Francisco Moreno (30.10.1985).

32 - Em *Cidade Febril*, Sidney Chalhoub faz uma análise interessante sobre o conceito de classes perigosas. Segundo o autor, o termo surgiu por volta de 1840 na Inglaterra para designar pessoas que já houvessem passado pela prisão. No Brasil, ele aparece nos meses que sucederam a abolição da escravidão, em discussões no Congresso onde a pauta era a repressão à ociosidade. Aos poucos este conceito se mistura ao de classes pobres e na visão dos deputados brasileiros, classe perigosa passa a ser todo indivíduo pobre que não possuísse um trabalho comprovado, enquanto que o bom cidadão era aquele que se dedicasse ao trabalho. Como explica Chalhoub, a noção de que a pobreza de um indivíduo era fato suficiente para torná-lo um malfeitor em potencial teve enormes consequências para a história de nosso país, e cita como exemplo, a adoção dessa definição do conceito em questão como um dos fundamentos teóricos da estratégia de atuação da Polícia brasileira nas grandes cidades desde pelo menos o início do século XX. Ou seja, para a Polícia do início do século XX todo cidadão pobre e sem trabalho comprovado era um malfeitor em potencial.

33 - BRETAS, Marcos. *Ordem na cidade*: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997; pp. 21-22.

34 - Porém, muitas vezes isto não ocorria por completo, visto que é enorme o número de ocorrências em que falte um ou mais itens desta lista.

35 - A 5ª Delegacia abrangia o 4º distrito da cidade do Rio de Janeiro, local onde se encontrava o morro do Castelo.

36 - GINZBURG, Carlo. "O nome e o como". In: GINZBURG, Carlo. *A micro história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras 1989.

37 - Sempre que possível manteve a classificação dada pela delegacia para as ocorrências registradas.

38 - BRETAS, Marcos. *Idem*; p. 86.

39 - As condições de envolvimento elencadas foram extraídas dos próprios registros de ocorrência, que sempre determinavam a condição do envolvimento de cada pessoa, conforme o padrão de redação policial: o queixoso tal, a vítima tal, o infrator tal etc.

40 - BRETAS, Marcos. *Idem*. p. 87.

41 - Digo "informaram ou foram registrados" porque considero as duas hipóteses: no momento do registro o comissário anota o que ouviu e/ou o que viu.

42 - Onde até hoje se encontra: na subida do que sobrou da ladeira da Misericórdia.

43 - A tabela completa, contendo todos os tipos de ocorrências encontradas, pode ser conferida nos documentos em anexo, com o título "Ocorrências no morro".

44 - De 1 para 2.12.1918 e de 09 para 10.02.1920.

45 - Interessante destacar que no ano em que foi dado o depoimento – 1985 – o governador do estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, era acusado constantemente pela mídia de ser responsável pela desordem urbana instalada na cidade do Rio de Janeiro, com o número de favelas, que vinha aumentando progressivamente. D. Florinda, ao falar do morro do Castelo, defende-o, informando espontaneamente que não se tratava de uma favela.

46 - Localizado em Botafogo.

47 - Segundo essa descrição, a estalagem daria a volta no morro! Acredito que eles estavam se referindo à própria Chácara da Floresta que, através da análise de fotografias, se percebe tratar-se realmente de uma avenida, mas não no sentido dado pelos depoentes e sim como sendo um conjunto de habitações coletivas, inseridas nas definições de habitações coletivas desenvolvidas no início do século XX. Ver BACKHEUSER, Everardo. “Onde moram os pobres”. *Revista Renascença* Revista Mensal de Letras, Ciências e Artes. Ano 2 Março de 1905. Numero 13.

48 - Interessante destacar que este comportamento, que foi considerado engraçado pelos moradores, era exatamente aquele perseguido pela polícia. Além do mais esta situação expõe a rivalidade que havia entre pessoas de nacionalidades diferentes, em especial a rivalidade entre brasileiros e lusitanos, intensificada desde a década de 1820, durante o processo de Independência do Brasil. Ver RIBEIRO, Gladys. *A liberdade em construção*. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará / Faperj, 2002.

49 - Interessante destacar o nome dos blocos. O *Miséria e Fome*, bloco da rua da Misericórdia brinca com as necessidades que sabidamente viviam seus moradores.

50 - Nair de Tefé foi primeira dama brasileira, casada com o presidente da República, Hermes da Fonseca. Gago Coutinho, junto com Sacadura Cabral, completou a primeira viagem de volta ao mundo de avião.

51 - POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricos* nº 10. Rio de Janeiro: FGV, 1992; pp. 199-215; p. 204.

52 - NEVES, Margarida de Souza. “Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília. (ORG.) *O Brasil Republicano - o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; p. 37.

53 - BENCHIMOL, Jaime Larry. “Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília. (org.) *O Brasil Republicano - o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 240.

54 - BENCHIMOL; Jaime Larry. *Idem*, p. 241.

55 - BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussman tropical*, p. 277.

Referências Bibliográficas

Ocorrências policiais da 5ª Delegacia 1916 a 1922 (Casa de Rui Barbosa, microfilme).

Revista *Careta* (Biblioteca Nacional)

Depoimento de Florinda Alói e Francisco Alói (MIS / Projeto Arquivo Vivo / 674.1/2)

BARRETO, Lima. “Megalomania”. Revista *Careta*, 28 de agosto de 1920.

BRASIL, Directoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro, 1922. “Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil.” Introdução ao Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.

IHGB, Coleção Carlos Sampaio, Lata 642, p.25.

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar / Iplan Rio, 1987.

ABREU, Maurício de Almeida. “Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução”. *Revista do Rio de Janeiro*. Niterói, v. 1, n. 2, pp. 47-58. jan./abr. 1986.

BACKHEUSER, Everardo. “Onde moram os pobres”. *Revista Renascença*. Revista Mensal de Letras, Ciências e Artes. Ano 2, n. 13, março de 1905.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussman tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/ Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BORGES, Maria Eliza Linhares. O ideal de metrópole moderna: entre o visto e o não-visto. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

- BRETAS, Marcos. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- BRENNNA, Giovanna Rosso Del (org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão*. Rio de Janeiro: Index, 1985.
- CARVALHO, Lia Aquino. *Contribuição ao estudo das habitações populares*. 2.ed. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1995 (Biblioteca carioca, v.1).
- CAVALCANTE, Berenice. "Beleza, limpeza ordem e progresso: a questão da higiene na cidade do Rio de Janeiro". In: *Revista Rio de Janeiro I*. Niterói: Dezembro de 1985.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.
- FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia. (org.) *O Brasil Republicano - o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- GINZBURG, Carlo. "O nome e o como". In: GINZBURG, Carlo. *A Micro Historia e outros ensaios*. Rio de Janeiro Cia. das Letras, 1989.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. "Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional". *Estudos Históricos*, v. 1, n. 1, pp. 5-27, 1998.
- HAHNER, June E. *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil – 1870-1970*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.
- KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro / Secretarias de Culturas / Departamento Geral de Informação Cultural/ AGCRJ/ Divisão de Pesquisa, 2001.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1991.
- FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. (coords.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV Editora 6ª ed., 2005.
- MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas / CPDOC, 1992.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cidade e Cotidiano*. História Cidade e Trabalho. São Paulo: EdUsc, 2002.
- NONATO, José Antônio e SANTOS, Núbia M. *Era uma vez o morro do Castelo*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.
- PECHMAN, Sérgio e FRITSCH, Lílian. "A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século". *Revista Brasileira de História*, n. 8/9. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1985. pp. 139-196.
- POLLAK, Michael. "Memória e identidade social". *Estudos Históricos*, n. 10, 1992, pp. 199-215.
- RESENDE, Beatriz. "Introdução". In: BARRETO, Lima. *O subterrâneo do morro do Castelo*. Rio de Janeiro: Dantes, 1997, pp. 9-16.
- REVEL, Jacques. "Microanálise e construção do social" In: REVEL Jacques. (org.), *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- RIBEIRO, Gladys. *A liberdade em construção. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relumé-Dumará / Faperj, 2002.
- ROCHA, Oswaldo Porto. *A Era das Demolições: Cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986.
- SANTOS, Noronha. *As freguesias do Rio Antigo*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965.
- SOUZA, Rodolfo Maia. *A cidade dos imortais: o Rio de Janeiro e o arrasamento do morro do Castelo*. Niterói: UFF, 1997. (Dissertação de Mestrado em História).
- VAZ, Lílian Fessler. *Modernidade e moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro, séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2002.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. *A cultura das ruas do Rio de Janeiro (1900-1930): mediações, linguagens e espaço*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2004. (Coleção FCRB, Série Estudos; 1).

Recebido em 02/05/2013